

A profissionalização ilusória das massas: o Reuni e a UFRRJ como exemplos

Ana Lúcia da Costa Silveira¹

Resumo

O artigo procura mostrar que, com a intensificação das relações sociais capitalistas no pós-1990, houve a implementação de medidas que buscaram promover a formação meramente certificadora das massas trabalhadoras, mediante a ampliação sem precedentes das vagas em instituições de ensino superior carentes de autopropulsão na produção de conhecimentos originais. O objetivo primordial de tais medidas seria a conservação das relações sociais de dominação a que essas massas são submetidas, a partir de um tipo de “aquietação” do “fermento revolucionário” que as mesmas podem representar. Partindo desse referencial, é mostrado como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implantado em 2007, exemplifica esse ideal conservador e como se deu a adesão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) ao programa, fato modificador de seus parâmetros educacionais, que transformaram a sua vocação científica e nacional em uma outra mais minimalista e regional.

Palavras-chave

Expansão; Massificação; Ensino superior; Reuni; UFRRJ.

Professionalization illusory from the masses: Reuni e UFRRJ as examples

Abstract

The article tries to show that, with the intensification of capitalist social relations in the post-1990, saw the introduction of measures that sought to promote the certification of training merely people, through the unprecedented expansion of places in institutions of higher education in the production of knowledge-self-propelled originals. The primary objective of such measures would be the preservation of social relations of domination that those people are subject, from a kind of “slowdown” of “passive revolution” yeast that these may represent. Assuming this

referential, is shown as the Program of Support for the Restructuring Plans and Expansion of Federal Universities (Reuni), deployed in 2007, exemplifies this ideal conservative and as the accession of the Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) program in fact its modifier parameters educational transformed its vocation scientific and national in another more minimalist and regional.

Keywords

Expansion; Massification; Higher education; Reuni; UFRRJ.

Introdução

Entende-se que, no universo das políticas públicas voltadas para o trabalho na sociedade contemporânea, podem ser inseridas aquelas relacionadas à profissionalização dos trabalhadores mediante a oferta de educação superior. Uma sociedade revolucionada tecnologicamente como a contemporânea demanda seres humanos mais inteligentes e abertos a mudanças, daí o protagonismo assumido pela educação superior ao longo dos anos 1990 e 2000. Seria uma sociedade regida por um tipo de “capitalismo informacional” (MARTINS *et al.*, 2010), que transforma o conhecimento em um bem de produção, sendo um meio de organizar pessoas e produzir riquezas.

As tensões desse tipo de sociedade passam a ser provocadas pela relação entre os “trabalhadores do conhecimento” e os “trabalhadores de serviços” (MARTINS *et al.*, 2010). Os primeiros são formados por universidades de pesquisa, nas quais seus professores são pesquisadores com elevado padrão de especialização, altamente requisitados na esfera acadêmica. Os segundos são formados por instituições de ensino superior, não necessariamente universidades, que se destacam pela oferta de cursos centrados na graduação, com salas espartanas, bibliotecas e laboratórios inexistentes ou desatualizados e presença significativa de professores substitutos e estagiários de docência.

A questão que se coloca diante dessa diferenciação é que tem havido, nos tempos recentes, um grande incentivo ao aumento na oferta de vagas nas instituições de ensino superior. No entanto, tal incremento vem se dando muito mais expressivamente nas instituições vocacionadas para a formação de “trabalhadores de serviço”. Ou seja, o acesso ao ensino superior não tem sido uniforme, mas sim muito diversifica-

do, provocando uma distinção fundamental entre as instituições formadoras de uma elite intelectual, que exerce academicamente uma vocação científica, e instituições meramente profissionalizantes, que formam, de modo massificado, intelectuais de níveis inferiores, mas, ainda assim, intelectuais, posto que, com a consolidação da sociedade do conhecimento, caracterizada pela educação permanente, a totalidade das pessoas desenvolverá algum estágio de inteligência para dominar, mesmo que minimamente, o acesso a novas e (agora) indispensáveis tecnologias.

A pouca uniformidade entre as instituições que oferecem o ensino superior revela que as políticas de ampliação deste ensino aparentam ser (falsamente) democráticas à medida que alargam o acesso às camadas outrora desfavorecidas quanto a oportunidades de progressão vertical de formação educacional. A estratificação, no entanto, se mantém, pois passa a ocorrer não mais antes do acesso ao ensino superior, porém internamente, dentro das engrenagens de funcionamento deste ensino, a partir de diferenciações entre os tipos de instituições superiores, grosso modo divididas, conforme já afirmado e agora usando conceituação de Gramsci (2002), entre as escolas formativas, que contariam com mais recursos governamentais e formariam a elite intelectual; e as escolas profissionais, que, mesmo libertas do “estigma” de preparadoras de trabalhadores manuais, diplomariam grupos com qualificação intelectual estandardizada, nas quais o destino do aluno e suas futuras atividades são predeterminados e massificados.

Diante dessa breve problematização, o artigo tem por objetivo traçar uma contextualização dos âmbitos político, econômico e cultural dos anos 1990 em diante, que levaram à implementação de políticas públicas de expansão do ensino superior, com vistas a usar esse nível de ensino como mercadoria para tornar o indivíduo mais empregável. Entre essas políticas públicas, será dado destaque à mais recente delas, que foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), implantado pelo governo federal em 2007.

Por fim, tomando por base a leitura de documentos produzidos pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, será descrito como a instituição aderiu a esse programa, motivada essencialmente pelo interesse em qualificar trabalhadores da região do seu entorno (Baixada Fluminense), que sempre apresentou carências diversas, entre elas as relacionadas à oferta do ensino superior. Na adesão da UFRRJ ao Reuni, constatou-se que esta instituição, outrora mais voltada para uma vocação científica na área das agrárias, passou a oferecer uma formação mais tecnicista do que científica, por meio de um tipo de expansão massificado e minimalista, que não desenvolve, em seus quadros, capacidades de direção e de controle de quem os dirige.

Contextualização dos anos 1990/2000

A partir da transição democrática dos anos 1980, enfatizava-se a necessidade de estimular o fortalecimento da sociedade civil e política, a ampliação da cidadania e a construção de um Estado de direito democrático, estruturado de forma a permitir transformações progressivas em seus próprios marcos (SEGATTO e SANTOS, 2007). No entanto, sem possibilidades de reformas radicais ou revoluções rupturistas, os protagonistas da mudança social têm sua atuação enfraquecida pelo protagonismo dos fatos no processo modernizador.

Nesse sentido, um novo projeto de sociedade se firmava, acentuando o papel da política como campo privilegiado de operação do protagonista comprometido com o andamento de uma revolução conservadora permanente, modernizada por se dirigir a uma sociedade industrial de massas e por subsumir a política e suas categorias à linguagem da economia: “É o avanço da economia o que permite a concepção de uma nova política” (VIANNA, 2004, p. 109).

No âmbito da economia, políticas de governo alinhadas com interesses do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, entre outros órgãos de controle da economia internacional, vinham acentuando a condição capitalista dependente do país e aprofundando a influência externa no estabelecimento dos parâmetros norteadores de seus principais projetos. Impregnadas, na essência, pelo pensamento neoliberal, as políticas públicas apresentam, como objetivo primordial, a construção de um plano societário elaborado pela burguesia internacional em resposta à crise estrutural do capital.

Delineiam-se momentos distintos de surtos de crescimento seguidos por outros de colapso econômico na trajetória da consolidação do modelo desenvolvimentista baseado na supremacia do mercado diante da política. De início, a aceleração do endividamento externo afetou de forma generalizada os países da periferia do capitalismo ao longo da década de 1970 e transformou-se, nos tempos seguintes, numa armadilha asfixiante, que culminou com a denominação, na América Latina, de “década perdida” para os anos 1980 e “década saqueada” para os anos 1990 (FALLEIROS *et al.*, 2010).

Acendido um sinal de alerta diante de um possível confronto com as camadas subalternas afetadas negativamente pelas engrenagens do capital rentista, ocorre uma mudança de perspectiva, passando-se a destacar a necessidade de aliviar a pobreza no mundo. Institui-se, dessa forma, um discurso político hegemônico com ênfase na busca do crescimento econômico com justiça social e na luta por um mundo sem pobreza.

As políticas resultantes desse discurso representavam, no entanto, apenas um alívio e não uma solução para a pobreza crônica do Brasil. Tanto é que o país entra no século XXI como campeão mundial da desigualdade na distribuição da renda, mantendo sua subserviência às exigências dos acordos financeiros com os organismos internacionais do capital. Entre esses acordos, estão as reformas estruturais, como a da educação superior, inserida no processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, que incentiva o aligeiramento da formação profissional e a certificação em larga escala, configurando um novo “milagre educacional”.

Diante da realidade descrita, verifica-se que as relações sociais capitalistas foram não apenas mantidas, mas intensificadas, sendo marcadas por um processo acelerado de urbanização efetivado a partir dos anos 1970 e por um crescente alargamento da socialização da participação política, que ampliaram consideravelmente o quantitativo dos intelectuais urbanos, formados pela maior abrangência da educação científico-tecnológica. Assim, esse tipo de educação vai exercendo um papel cada vez mais estratégico na disputa de projetos de sociedade e de sociabilidade do novo imperialismo, o que conduz à necessidade de redefinir a formação escolar e política das atuais e futuras gerações dos novos intelectuais orgânicos. Realiza-se, então, uma ampla reforma, de abrangência mundial, promovida pelos organismos internacionais e fundamentada principalmente na diversificação e hierarquização das oportunidades de certificação profissional.

Isso faz com que a educação escolar, ao longo das duas últimas décadas, passe a figurar como uma das principais preocupações do bloco no poder, que passou a atribuir-lhe um valor superestimado na amenização das desigualdades sociais, mediante acordos entre o Estado, instituições privadas e organismos financeiros externos, com o objetivo supremo de formar intelectuais por meio de estratégias de cooptação, “via” escolarização. Em outras palavras, a estratégia de abrandamento da miséria está se baseando na difusão do acesso à educação.

A intelectualidade do século XXI consolida-se, então, no campo da ciência e do conhecimento, levando as pessoas a fazerem escolhas baseadas na informação e não mais na ideologia. Ou seja, os pós-modernistas substituíram os sujeitos históricos por novos protagonistas da ação social, promovendo os intelectuais acadêmicos à vanguarda da ação histórica.

Nesse novo mundo, as categorias culturais substituem as categorias sociais. Previsões sobre o tipo de sociedade a se instalar por volta dos anos 2010/2020 revelariam que, nela, o recurso determinante da produção capitalista não seria mais a propriedade dos bens de produção ou da força de trabalho, mas sim a propriedade

do conhecimento. Essa sociedade, cada vez mais, agregaria valor à aplicação do conhecimento na produção e na inovação. O maior desafio social passa a ser, portanto, a dignidade daqueles que não detêm ou não aplicam o conhecimento nos processos de trabalho (MARTINS *et al.*, 2010).

Esse novo grupo de trabalhadores deve ser educado para incorporar conhecimento ao seu trabalho, buscando o próprio crescimento, o aumento da produtividade e o refreamento dos conflitos sociais. Uma sociedade revolucionada tecnologicamente a este ponto demanda seres humanos mais inteligentes e abertos a mudanças, daí o protagonismo assumido pela educação na contemporaneidade (MARTINS *et al.*, 2010).

Silva Jr. (2005) aponta a centralidade da educação na virada do século XX para o XXI, observando que o discurso do uso da educação como mercadoria para tornar o indivíduo mais empregável se dissemina entre gestores políticos e empresariais e também nos canais de comunicação da própria mídia: “Nesse processo, a visão que o trabalhador tem da educação é a pedra de toque para a formação do cidadão do século XXI: produtivo, útil, só e mudo” (p. 13).

A valorização da cultura e da ciência como elementos civilizadores, que tornariam este cidadão menos só e mudo, é colocada em segundo plano em detrimento do posicionamento mais central da formação massificada de indivíduos que terão acessos diferenciados à tecnologia e, sobretudo, à inovação. Por serem cultura e ciência os dínamos para o crescimento da sociedade como um todo, criam-se mecanismos de culpa ao trabalhador que não se adéqua à institucionalidade dessa nova base produtiva devido a seu fracasso no mercado de trabalho. Esse processo de “culpabilização” é perverso, pois centra em qualidades subjetivas do cidadão a conquista de uma boa empregabilidade, e não na massificação da oferta dos sistemas de ensino, que, como afirmado, formam trabalhadores de níveis diferenciados (SILVA JR., 2005).

O caráter diferenciado na formação do “intelectual” do século XXI encontra-se diretamente relacionado ao tipo de expansão nas vagas do ensino superior desencadeada a partir dos anos 1990. Ao formar intelectuais de diferentes níveis, as instituições de ensino superior passam a ser peça-chave nas engrenagens desse novo, mas igualmente segregador, “capitalismo informacional”, que transforma a prática educativa entre sujeitos diferentes em única opção na obtenção de algum tipo de (pseud) formação.

Políticas públicas massificadoras do acesso ao ensino superior: o Reuni como exemplo mais recente

As motivações que levaram à expansão massificada e à localização mais proeminente desta expansão no setor privado começam a se intensificar na década de

1980. Em virtude dos cortes orçamentários decorrentes das altas taxas de inflação, houve uma estagnação na oferta de vagas nas instituições públicas, fato não ocorrido nas privadas, que burlavam a proibição governamental de abrir novos cursos superiores e criavam (pseudo) universidades em cidades desprovidas de recursos para tal fim (CUNHA, 1991).

A discrepância entre instituições públicas e privadas na dotação de investimentos federais se acentuou nos anos 1990, quando as universidades federais conviveram com dificuldades de ordens diversas, motivadas essencialmente por problemas econômicos: redução do quadro docente por aposentadorias precoces, ante o temor da perda de direitos oriunda das reformas da previdência; não reposição de quadros docentes e técnicos administrativos nos casos de aposentadoria, morte ou abandono de emprego; falta de recursos para manutenção básica, como luz, água e telefone; congelamento salarial ou reajustes por meio de gratificações que poderiam ser extintas; redução das bolsas, inclusive na pós-graduação, entre outras.

Segundo Amaral (2003), naqueles anos 1990, os organismos internacionais reguladores da economia, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, orientavam os países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, a não investir recursos públicos no ensino superior e, quando o fizessem, que privilegiassem as instituições privadas, pois estas aumentavam as matrículas a um custo muito menor que as públicas. Mesmo diante de um quadro de escassez de recursos, houve incentivos ao ingresso de candidatos das classes menos abastadas no ensino superior: nas instituições particulares mediante programas de crédito educativo e, nas públicas, mediante a implementação de políticas afirmativas², consolidadas mais intensamente a partir dos anos 2000.

Nessas circunstâncias, o ensino superior vinha sendo utilizado com objetivos ético-políticos de socializar valores indispensáveis à coesão social, por permitir às classes mais populares o acesso, até então inédito, a uma maior formação intelectual, ainda que meramente tecnicista. Posteriormente, o governo Lula da Silva, utilizando todo um aparato legislativo de incentivo à expansão do ensino superior, direcionada em especial às classes periféricas, insere o país, definitivamente, nos meandros do já citado capitalismo informacional, favorecendo a obtenção de um consentimento ativo destes novos “intelectuais” em formação para os ideais de interesse da burguesia brasileira em seu conjunto.

Mesmo com o privilegiamento da expansão estando direcionado ao setor privado, estatísticas dos censos da educação superior vinham revelando que tal privilegiamento não estava apresentando o resultado esperado de massificação

das oportunidades junto às classes subalternas, pois havia expressivas sobras de vagas nas instituições particulares. Como o mesmo não estava ocorrendo nas públicas, redirecionou-se parte dos recursos para promover nelas uma maior expansão, neste caso a do Reuni.

Fora isso, de acordo com Leher (2003), estudos realizados no período pré-Reuni apontavam que, não obstante o crescimento das matrículas nos cursos pagos, o número de concluintes vinha se mantendo abaixo do esperado, devido a múltiplas dificuldades dos estratos subalternos em se manterem em instituições privadas, mesmo com isenções ou descontos nas mensalidades. Faltavam recursos, nestes estratos, para moradia, alimento, vestuário mínimo e transporte. Ou seja, o ensino privado ainda que com o acesso facilitado, ao contrário do que os dirigentes do MEC anteriormente supunham, permanecia mais elitizado que o público.

Surge, então, a motivação para o Reuni que, em sua essência, transferiria parte da responsabilidade do novo pacto social de “cidadania educacional democrática” para as instituições federais, sobretudo aquelas que possuísem condições mais favoráveis de moradia, alimentação, cursos noturnos e campi em regiões de baixa oferta de instituições de ensino superior (a UFRRJ, por exemplo, como verificaremos mais adiante).

Isso ratifica a informação já apresentada de que, a partir dos anos 2000, é implementado, pelo governo federal, todo um aparato legislativo que visava à expansão das vagas no ensino superior, mediante, sobretudo, a interiorização das instituições superiores, as vagas em horário noturno, o ensino a distância e o incentivo às licenciaturas. A culminância dessa política expansionista se dá, então, com a formulação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

De texto enxuto, com apenas oito artigos, o Decreto apresentava, como diretriz principal do Programa, “a redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno” (BRASIL, 2007). Os objetivos expansionistas do ensino superior focados nas classes periféricas do capitalismo ficam bem claros no relatório do primeiro ano do Reuni:

O balanço do primeiro ano do Programa comprova que a rede federal de educação superior envidou os esforços necessários para atingir seu principal objetivo institucional que é o de garantir a ampliação do número de vagas no ensino superior público. [...] O Reuni, em conjunto com as demais ações do Ministério da Educação, possibilita a implementação de políticas públicas voltadas à educação superior para a

redução das desigualdades sociais. Com o Reuni, o Ministério da Educação cumpre sua missão institucional de ampliar a oferta de ensino superior e atuar em todos os segmentos da educação de forma integrada (BRASIL, 2009).

Apesar do balanço positivo apresentado na avaliação do primeiro ano do Reuni, constata-se, nesse programa, evidências de uma relação de cooptação entre o governo e a intelectualidade formadora de opinião gestada nas universidades. Essa intelectualidade, outrora mais reflexiva, vem se tornando mais aquiescente diante dos projetos de expansão do ensino superior, tendo seu discurso normalmente neutralizado por forças políticas empenhadas em nexos de programas “assistencialistas” de governos com a sociedade. Observa-se, nesse cenário, um processo em que os atores inexistem e/ou são sobrepujados pelos fatos, havendo incapacidade na percepção de critérios de uma adequada avaliação da situação, configurando uma versão mais atrasada e negativa de revolução passiva, relacionada a estudos de Gramsci (2000) sobre o assunto.

Nesses estudos, a abordagem do tema da conservação social remete a uma construção teórica relacionada a nações que experimentaram o processo de modernização capitalista sem a realização de uma revolução democrático-burguesa. A transição para o capitalismo se daria por um caminho que se desenvolve na ausência de um protagonismo localizado junto a “homens individuais”, de modo que os fatos parecem determinar o processo modernizador. Sem protagonistas “homens individuais”, o Estado ganha proeminente destaque, ao “produzir os fatos” necessários à reprodução das relações sociais.

Dessa forma, o apelo sedutor do Reuni de (supostamente) promover a diminuição das desigualdades sociais por meio da oferta, às massas, de um ensino superior meramente certificador e minimalista transforma-se em um “fato” a inibir possíveis “atores” em movimento, que passam a se calar ou a não perceber que, no “Brasil do Reuni”, 20,3% da população é composta por analfabetos funcionais. Então, os investimentos deveriam ser feitos primeiramente nas bases da pirâmide educacional, e não em seu vértice, focando a qualidade. De fato, com um ensino básico de qualidade, todos os jovens teriam, além de suporte social e econômico, habilidades cognitivas para cursar a já citada universidade formativa, muito melhor preparadora para o mercado de trabalho do que as meramente profissionais.

A adesão da UFRRJ ao Reuni

Quando foi transferida da Praia Vermelha (RJ) para o km. 47 da antiga estrada Rio-São Paulo, região da Baixada Fluminense (Seropédica), em 1947, a então Uni-

versidade Rural (UR) oferecia apenas os cursos de Agronomia e Veterinária, sendo referência no ensino agrônomo do país, pela boa qualidade da formação ministrada. A situação começa a se modificar em 1967, com a transferência da subordinação administrativa da Universidade do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação, fato marcante para a modificação de sua tradição agrária, pois levou a instituição a acatar, mais amiúde, as determinações do MEC direcionadas ao funcionamento do ensino superior brasileiro, entre as quais se destacava um grande incentivo ao aumento das suas vagas.

Muitos cursos ligados a outras áreas do saber, que não às agrárias, passaram a ser oferecidos, e a UFRRJ inicia os anos 1990 oferecendo quinze cursos, alguns deles já em horário noturno, sendo esta uma novidade, por ter rompido com um padrão qualitativo de horário diurno e integral, que vinha norteando a organização e oferta das disciplinas desde a transferência da Universidade para o km. 47. Esse padrão consagrou a existência do “aluno-residente”, viabilizada especialmente pela oferta de vagas nos diversos prédios de alojamentos no campus de Sero pédica, contemplando principalmente os alunos provenientes de outros estados e até mesmo de outros países.

A expansão na oferta de graduações se acentua nos anos 2000, aumentando para trinta o número de cursos oferecidos até 2007 e sendo marcada pela oferta descentralizada (em outros campi³) de cursos, preferencialmente noturnos e vinculados à área das Ciências Humanas e Sociais. A partir de 2008, as determinações do já citado Reuni levam a UFRRJ a um espetacular crescimento na oferta de graduações, a ponto de ela quase duplicar em apenas dois anos, chegando a cinquenta e cinco cursos. Grosso modo, tal ampliação tem se concretizado mais comumente nos moldes já assinalados anteriormente: oferta de cursos noturnos, na área das licenciaturas, e em outros campi, sobretudo no de Nova Iguaçu.

O maior destaque dado, na expansão promovida pelo Reuni, às ampliações dos cursos ligados à área de humanas (as licenciaturas em especial), bem como aos cursos noturnos, nos leva a considerar a possibilidade de estar em curso uma mudança radical no perfil da UFRRJ de inversão de seu compromisso maior com a Nação, deixando de ser uma universidade pública nacional, financiada com recursos federais, para tornar-se uma universidade de vocação regional.

A relação entre o aumento no número dos cursos da área de humanas e a vocação regional da UFRRJ residiria nas motivações que justificam a criação desses cursos, atualmente mais voltados para atender a uma demanda reprimida de acesso ao ensino superior na Baixada Fluminense, decorrente da inexistência de

um número satisfatório de universidades públicas nessa região. A oferta de graduações seria destinada a uma clientela formada por pessoas já inseridas no mercado de trabalho e sem condições de cursar graduações em horário diurno e integral, típico dos cursos mais tradicionais da UFRRJ. Daí a “explosão” na oferta dos cursos noturnos e de cursos que envolveriam um investimento inicial menos vultoso para começarem a funcionar. Da parte dos alunos, a possibilidade de terem uma universidade mais próxima ao seu local de moradia implicaria a redução dos custos com deslocamento, moradia, além de alimentação e saúde, fato que viabilizaria a sua permanência na universidade.

O destaque dado às licenciaturas pelo Reuni, no conjunto dos cursos oferecidos na área de humanas, adapta-se, sobremaneira, ao contexto do mercado de trabalho da Baixada Fluminense e da Zona Oeste, onde existe uma oferta empregatícia praticamente garantida para licenciados, resultante da abertura de postos de ocupação remunerada nas diversas escolas dessas regiões, não privilegiadas como local de trabalho por licenciados residentes nas regiões mais “centrais” do Rio de Janeiro (zonas norte e sul), onde contam com uma maior oferta de instituições de ensino superior para se graduarem.

Além dessa circunstância, deve ser ressaltada a obrigatoriedade, determinada pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, mas não cumprida integralmente até os dias atuais, de escolarização superior a todos os professores do ensino básico. Isso em muito sugestionou a decisão, na UFRRJ, de designar, a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2009/2010⁴, 20% das vagas nos cursos de licenciatura para professores em atividade neste nível de ensino na rede pública. Uma outra política afirmativa adotada pela UFRRJ, a partir do citado Enem, foi a concessão de um bônus de 10% na nota final aos candidatos que cursaram integralmente o ensino médio em instituições públicas.

O estabelecimento destes tipos de políticas de ação afirmativa implica a existência de demandas reprimidas em determinados grupos de concluintes do ensino médio, localizadas em segmentos mais populares, normalmente estudantes de escolas públicas, residentes na região do entorno da instituição, e também professores do ensino básico que ainda não cumpriram os ditames da legislação de 1996.

O planejamento e estruturação do Reuni na UFRRJ foi traçado por dois documentos elaborados pela instituição: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano de Reestruturação e Expansão (PRE). O PDI, elaborado a partir de 2005, determinou os objetivos primordiais da UFRRJ para o período de 2006 a 2011. Vale citar que a elaboração de PDI's nas instituições federais de ensino supe-

rior foi praticamente uma imposição do governo, que, através do MEC, distribuiu um formato padronizado de PDI com “instruções” para todas as universidades “seguirem”. O essencial na elaboração dos PDI’s era apresentar propostas que associassem “desenvolvimento” a “expansão de vagas”. O segundo parágrafo do PDI⁵/UFRRJ sinaliza claramente tal objetivo:

Considerando a trajetória histórica da Universidade e o crescimento que a fez passar de uma instituição de pequeno porte, até os anos de 1980, para uma instituição de médio porte na atualidade, **com uma grande probabilidade de continuar a se expandir em todos os níveis** (grifo nosso), bem como analisando o rico material apresentado pelos diferentes setores da universidade, construiu-se a sua Missão, os princípios, objetivos e metas sob os quais poderão ser delineadas as políticas, diretrizes e ações que configurarão o fazer universitário nesses próximos cinco anos (PDI, p. 3).

Por ser um desdobramento direto das determinações do Reuni (abril/2007), o PRE⁶ é elaborado logo em seguida (novembro/2007), sendo a associação com o Reuni justificada logo em suas páginas iniciais:

A UFRRJ vem, através deste (PRE), afirmar sua iniciativa de inserção na Política de Expansão Universitária desenvolvida pelo Governo Federal, a partir da Secretaria de Educação Superior, do Ministério da Educação.

O PRE retoma um fragmento do PDI ao traçar a sua essência norteadora:

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, a partir de sua missão expressa em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), qual seja “Gerar socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber, através do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para o desenvolvimento do País, **ressaltando o interior do Estado do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense** (grifo nosso) (PRE, p. 6).

O PRE realizou, ainda, um diagnóstico da situação da UFRRJ em 2006, enfatizando que a instituição representava uma interiorização urbana do Rio de Janeiro, passando a desempenhar um papel estratégico na interiorização também da educação superior a partir de uma oferta de vagas direcionada a suprir demandas resultantes do crescimento da população nas periferias do Rio de Janeiro, que

englobaria municípios da Costa Verde, da Baixada e do Sul Fluminense, do Vale do Paraíba, da Região Serrana e também de bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Também fez parte do diagnóstico a constatação de que, na UFRRJ, havia cursos que apresentavam alta procura nos vestibulares, com reduzida oferta de vagas. Em virtude disso, o projeto propôs:

E o que se pode perceber nesse breve diagnóstico é que a Universidade apresenta reais potencialidades de crescimento nas áreas de Saúde e Humanidades (esta principalmente na licenciatura - Noturna). Abre-se então a oportunidade para que o processo de expansão concentre suas ações no fortalecimento e crescimento das áreas já existentes. O diagnóstico mostra cursos que apresentam uma alta procura nos vestibulares e que oferecem um número reduzido de vagas, com possibilidade de viabilizar a sua expansão. Cursos como História, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Florestal, Geologia, Engenharia Química e Ciências Biológicas, todos em funcionamento na Sede, serão os primeiros a atender essa demanda (PRE, p. 8).

O quadro a seguir sintetiza a proposta da execução Reuni na UFRRJ.

Quadro I: quantitativo das vagas dos cursos criados ou ampliados com o Reuni na UFRRJ

Curso	Local	Turno	2008	2009	2010	2011	2012	Novas Matrículas
Arquitetura	Sede	Diurno	-	20	20	20	20	80
Eng. Quím.	Sede	Diurno	-	20	20	20	20	80
Geologia	Sede	Diurno	-	15	15	15	15	60
Eng. Flores.	Sede	Diurno	-	10	10	10	10	40
Biologia	Sede	Diurno	-	10	10	10	10	40
História	Sede	Diurno	-	40	40	40	40	160
Biomedicina	Sede	Diurno	-	-	-	40	40	80
Farmácia	Sede	Diurno	-	-	40	40	40	120
Comunicação	Sede	Diurno	-	-	45	45	45	135
Ciências Soc.	Sede	Diurno	-	45	45	45	45	180
Sist. Inform.	Sede	Diurno	-	-	20	20	20	60
Hotelaria	Sede	Noturno	-	-	45	45	45	135
Química	Sede	Noturno	-	5	5	5	5	20
Filosofia	Sede	Noturno	-	45	45	45	45	180
História	Sede	Noturno	-	10	10	10	10	40
Letras	Sede	Noturno	-	90	90	90	90	360

Rel. Internac.	Sede	Noturno	-	-	45	45	45	135
Direito	Sede	Noturno	-	-	50	50	50	150
B.Artes (lic.)	Sede	Noturno	-	45	45	45	45	180
Geografia	Sede	Noturno	-	45	45	45	45	180
C. Contábeis	Sede	Noturno	-	-	45	45	45	135
C. Econom.	Sede	Noturno	-	45	45	45	45	180
Adm. Pública	Sede	Noturno	-	-	45	45	45	135
Fisioterapia	Sede	Noturno	-	-	40	40	40	120
Fonaudiologia	IM ⁷	Diurno	-	-	40	40	40	120
Fisioterapia	IM	Diurno	-	-	40	40	40	120
Letras	IM	Diurno	-	-	90	90	90	270
Direito	IM	Diurno	-	-	50	50	50	150
Total	-	-	-	445	1.040	1.080	1.080	3.645

Fonte: PRE, p. 11.

Os cursos em *itálico* são os novos, e os sem *itálico*, os já existentes que tiveram a oferta de vagas ampliada. O único curso da área das agrárias a ampliar a oferta de vagas foi o de Engenharia Florestal. Assinala-se também que a maior parte dos cursos planejados da área de saúde não foi oferecida. É o caso de Biomedicina, Fisioterapia e Fonaudiologia. Já os cursos de Gestão Ambiental (Três Rios), Ciência da Computação (IM), Engenharia de Materiais e Psicologia foram oferecidos, mas não constam no projeto. Não vinculados ao Reuni, surgem ainda os cursos de Licenciatura em Educação para o campo, e Segunda Licenciatura em Filosofia ⁸. Mesmo com a modificação na oferta de alguns cursos, nota-se que a expansão concretizada não se distanciou muito da que foi planejada.

Em virtude de o Reuni prever a elaboração de estratégias que permitissem a diminuição das taxas de evasão e a melhor ocupação das vagas ociosas, o PRE apresentou propostas de assistência estudantil (bolsas, tutorias etc.) para a redução dessas taxas de evasão que, em 2007, atingiram a média de 7,4%, e propostas de maior flexibilidade na movimentação entre cursos de graduação e vagas de reingresso. O projeto também propôs políticas de inclusão, reorganização das graduações já existentes e até mesmo um cronograma de obras e de contratação de novos professores.

Apesar de a reitoria ter instituído uma comissão consultiva sobre o Reuni e de essa comissão ter divulgado que uma das fundamentações de seu trabalho seria o amplo debate do programa junto à comunidade acadêmica, houve resistências ao Reuni na UFRRJ -sob o argumento principal da pouca discussão sobre o tema- que culminaram com a invasão da reitoria. A polêmica adesão da UFRRJ ao Reuni acabou ocorrendo no dia 30 de novembro de 2007, pouco mais de um mês após a

ocupação do gabinete da reitoria pelos estudantes, em uma controversa reunião do Consu, criticada por ter votado a adesão da UFRRJ ao Reuni em apenas 15 minutos. Ou seja, o modo como se deu a aprovação do Reuni pelo Consu revelou ser bem parecido com determinadas estratégias do então governo Lula da Silva para enfrentar dissensos: “artificializando” consensos por meio da rápida aprovação de seus programas, decretos e leis.

Considerações finais

A expansão na oferta de graduações da UFRRJ, que culminou com sua adesão ao Reuni, pode ser compreendida como um exemplo de um conjunto de políticas públicas assistencialistas direcionadas às classes subalternas, em plena época do capitalismo informacional. No que se refere ao ensino superior, a ampliação do seu acesso representaria uma estratégia de contenção de um possível “fermento revolucionário”, incompatível com um contexto social conservador reproduzido ao longo do tempo.

Uma recurso desse conservadorismo seria, então, promover, junto às classes mais periféricas, a idéia (utópica) de que a sociedade pode se tornar mais igual se o acesso ao ensino superior for massificado. Isso as torna mais “conformadas” com a situação presente, pois crêem na sua incorporação futura, “via educação”, a esferas sociais mais elevadas. Nessa suposta democratização de oportunidades, são oferecidas àquelas classes vagas em instituições superiores comprometidas meramente com a profissionalização, sem formar, em seus quadros, indivíduos autossuficientes e sem investir na pesquisa como dimensão criadora do espírito humano.

Sabe-se que tais capacidades só seriam efetivamente desenvolvidas a partir da disseminação da ciência na contemporaneidade, o que valorizaria as universidades como instituição de ensino superior a atuar como protagonista, através de seus departamentos, neste mundo dominado pela ciência. Ao centrar suas atividades na pesquisa, as universidades promoveriam o equilíbrio das oportunidades sociais por uma outra via, a da melhoria das condições de bem estar social resultante exatamente dos avanços no campo científico e da ampliação do acesso generalizado das massas a esses avanços. “Usadas” dessa maneira, as universidades poderiam, de fato, enfraquecer os alicerces conservadores da sociedade.

No entanto, isso não está ocorrendo e, diante do cenário traçado, nota-se que o modo como o acesso ao ensino superior vem sendo feito, dificilmente melhorará as condições de vida dos trabalhadores, nem retirará de seu horizonte as ameaças de desemprego ou subemprego. É certo que a desigualdade do

modernismo recente não apresenta mais tanta carga dramática suscitada pela pobreza. No entanto, o lugar que o ensino superior e, em particular, algumas universidades vêm a ocupar nesse cenário é mais o da formação de profissionais e especialistas e menos o de operadores de novas gerações centradas em valores de igualdade, liberdade e fraternidade.

Ou seja, os efeitos da massificação do ensino superior se manifestam em uma profissionalização ilusória, que nem mesmo atinge os fins pretendidos de ao menos garantir a subsistência dos egressos dos bancos escolares. O sistema escolar passa a se constituir em uma indústria cultural, cujo produto, a mercadoria escolar, em nada difere da produção de bens não simbólicos, como automóveis ou máquinas de lavar roupa. Os produtos à venda são o título, o titulado, a pessoa do titulado e suas posições frente ao mundo. O ex-aluno, com seu título, tem seu preço e entra como mercadoria no mercado. Quando a oferta de diplomados se torna muito maior do que a procura, o seu preço cai, e esses indivíduos, nos quais foram investidos vários anos em escolaridade básica e superior, acabam se curvando à lógica capitalista: se dobram às injunções do mercado, submetendo-se às condições de trabalho a eles oferecidas, sejam elas quais forem (TRAGTENBERG, 1980).

Diante do que foi exposto, observa-se que a expansão e renovação da UFRRJ estão se dando mais visivelmente dentro desses parâmetros massificados, ratificando a inserção desta instituição nos moldes já assinalados de formadora de “trabalhadores de serviços”, típicos das demandas do capitalismo informacional que permeou a sociabilidade do novo imperialismo a vigorar nesses anos iniciais do século XXI.

Outrora integrada a uma circunstância vinculada à produção de ciência, ainda que limitada à área agrária, em seus tempos de excelência no ensino agrônômico, a UFRRJ modifica as suas referências, inserindo-se em uma circunstância que obedece a lógicas mais produtivistas do capitalismo informacional, fato que já pode ser percebido, por exemplo, em estatísticas do Censo da Educação Superior, referentes ao ano de 2009 e divulgadas no jornal O Globo, de 14/1/2011: mesmo tendo sido, no estado do Rio de Janeiro, a única instituição federal a dobrar a sua oferta de vagas com o Reuni, a UFRRJ ocupou o sétimo e último lugar, entre todas as universidades públicas no estado, no ranking do Índice Geral de Cursos (IGC), indicador criado pelo MEC para avaliar instituições de ensino como um todo, e não cursos isoladamente. O IGC não tem como base a quantidade de cursos oferecidos, mas sim a avaliação dos mestrados e doutorados pela Capes, a titulação e o regime de trabalho dos professores, bem como a opinião de alunos sobre a infraestrutura física e o projeto pedagógico das instituições.

De qualquer forma, no que tange ao papel da UFRRJ como promotora do abrandamento da miséria pela ampliação do acesso ao ensino superior, a implantação do Reuni na instituição está sendo bem sucedida, pois levantamentos realizados pelo seu Decanato de Graduação revelam, em seus quadros de ingressantes, um expressivo aumento de alunos egressos de escolas públicas, com renda familiar de um a três salários mínimos. Resta saber se serão vencidos os desafios relacionados à garantia de um aprendizado significativo, à qualidade da formação profissional e cidadã, à permanência do aluno no curso e ao incentivo à pesquisa, este muito importante nas instituições que almejam ser formadoras dos tão necessários “trabalhadores do conhecimento”.

Referências

AMARAL, Nelson Cardoso. *A gestão das instituições de ensino superior: o foco do financiamento*. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. (Orgs.). *Políticas e gestão da educação superior*. Transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p. 219-239.

BRASIL. Ministério da Educação. *Reuni- Relatório de primeiro ano*. Brasília: 2009. Disponível em: <<http://www.reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 out. 2010.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais -Reuni. Brasília: 2007. Disponível em: <<http://www.reuni.mec.gov.br>>. Acesso em: 04 out. 2010.

CUNHA, Luiz Antonio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez; RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília: Flacso do Brasil, 1991.

FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela Alejandra; OLIVEIRA, Maria Teresa Cavalcanti de. *Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia*. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital*. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010. p. 39-95.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do Cárcere*. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEHER, Roberto. *Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século*. In: DOURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. (Orgs.). Políticas e gestão da educação superior. Transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003. p. 81-93.

MARTINS, André Silva; Daniela Motta; NEVES, Lúcia Maria Wanderley; MELO, Marcelo Paula de; SANTOS, Marco Antonio Carvalho. *Fundamentos teóricos da formação / atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia*. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). *Direita para o social e esquerda para o capital*. Intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010. p. 97-153.

SEGATTO, José Antonio e SANTOS, Raimundo. *A valorização da política na trajetória pecebista dos anos 1950 a 1991*. In: RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas (SP): Editora da Unicamp, v. 6, 2007.

SILVA JR., João dos Reis. *Pragmatismo e populismo na educação superior nos governos FHC e Lula*. São Paulo: Xamã, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. *O conhecimento expropriado e reapropriado pela classe operária*. In: PRADO JÚNIOR, Bento; TRAGTENBERG, Maurício; CHAUIÍ, Marilena de Souza; ROMANO, Roberto. *Descaminhos da educação pós-68*. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora, 1980.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva*. Iberismo e americanismo no Brasil. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

Notas

- 1 Doutora em Ciências Sociais (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Local de trabalho: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Email: analucia_ctur@terra.com.br
- 2 Percebe-se, nas políticas afirmativas de acesso ao ensino superior, uma valorização, outrora negada, da origem do cidadão e de suas ligações culturais com ela. É o caso dos afrobrasileiros, dos indígenas, dos alunos de escolas públicas etc.
- 3 Os *campi* descentralizados da UFRRJ se localizam nos municípios de Nova Iguaçu e Três Rios.
- 4 Ao aderir integralmente ao Enem, a UFRRJ transferiu a setores externos à instituição (no caso o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep) a tarefa de organizar o seu vestibular, a partir daquele momento de formato idêntico ao de todas as instituições que aderiram a esse Exame.
- 5 Disponível em: <<http://www.ufrj.br>>. Acesso em: 01 nov. 2010.

- 6 Disponível em: <<http://www.ufrj.br>>. Acesso em: 01 nov. 2010.
- 7 Abreviação de Instituto Multidisciplinar, nome dado ao campus de Nova Iguaçu.
- 8 Esses dois cursos apresentam propostas diferenciadas dos demais quanto a ingresso (não é feito pelo vestibular tradicional), duração (duram menos tempo que uma graduação comum), estrutura (em módulos, alguns a distância ou aos sábados) e demanda preferencial (são “reservados”, respectivamente, para assentados e professores da rede básica pública) (Processos números 5.184/2010 e 3.805/2010).

Submetido em março de 2011, aceito em junho de 2011.

